



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO CONJUNTA DA 1.ª e 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Guilherme Octaviano

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 40 minutos.

Em reunião conjunta, os Srs. Deputados membros da 1.ª Comissão (Comissão de Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais) e da 2.ª Comissão (Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros) auscultaram o Sr. Hélio de Almeida (Ministro de Plano e Finanças), para tomarem contacto com as alterações introduzidas pelo Governo no OGE de 2014, relativamente ao requerimento apresentado pelo MLSTP/PSD, PCD e MDFM/PL, aquando da discussão na generalidade, das propostas de Lei n.ºs 31 e 32 do Orçamento Geral do

Estado e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2014.

Para além do Sr. Ministro acima referido, intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Delfim Neves (PCD), Jorge Amado (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI) e Idalécio Quaresma (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente** (Guilherme Octaviano): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Arlindo Ramos
Domingos Boa Morte
Domitília Costa Trovoada
Idalécio Quaresma
Alexandre Guadalupe

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

António Ramos
Arlindo Barbosa Semedo
Guilherme Octaviano
José Viegas

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Neves
Gil Costa

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados já podemos utilizar os microfones.

Como dizia, o Sr. Ministro acabou de identificar um conjunto de acções, que poderão ser encontradas no âmbito de Programa de Investimentos. Também foi-nos dito, que não haveria grandes alterações ao nível do tecto orçamental inicialmente previsto.

De acordo com as restrições que são por nós conhecidas, são restrições existentes de acordo com alguns compromissos que o País tem com algumas instituições financeiras internacionais. Nesse aspecto, digamos, foi um exercício que a Sra. Ministra poderá nos apresentar de modo a que tivéssemos contacto. Nesse aspecto, eu gostaria de perguntar aos Srs. Deputados se tem alguma observação a fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Ministro das Finanças pela presença, particularmente de uma forma célere que respondeu o requerimento que fizemos na Plenária da Assembleia Nacional, no sentido de encontrar formas de alojar alguns projectos que são indispensáveis e inadiáveis num contributo efectivo para a melhoria da vida das nossas populações. Gostaria de saudar o Sr. Ministro e agradecer este trabalho que foi feito. Com isso, podemos chegar a conclusão que valeu a pena fazer esse exercício.

Entretanto, gostaria de solicitar o Sr. Ministro, no âmbito daquilo que ainda for possível fazer e no âmbito ainda daquilo que introduzimos no nosso requerimento, se é possível encontrar formas de alojar aquilo que escrevemos no nosso requerimento, que tem a ver com a questão dos hospitais.

«Aquisição de medicamentos e consumíveis hospitalares para fazer face as reais necessidades anuais». Acho que é um sector que requer uma atenção muito especial e nós na aprovação do OGE 2013 tínhamos deixado uma afirmação solene de que: «não sairíamos daqui, se não tivéssemos a garantia, na altura quando aprovamos o OGE de 2013, que aquelas necessidades básicas do Centro Hospitalar fossem satisfeitas em termos de orçamentação».

Espero que não tendo feito uma referência especial a isso, o Sr. Ministro terá que nos dizer aqui, porque terá certamente resposta para isso, no quadro daquilo que está projectado, que de facto haja lá verbas para resolver essa situação hospitalar, que do meu ponto de vista pode não ser apenas de verbas disponíveis para aquisição de medicamento.

Estará a ver problemas de gestão, estará a ver outros problemas que é preciso resolver. Não vamos resolver isso aqui a este nível, porque não é a nossa competência, mas fica esta preocupação da questão do Centro Hospitalar.

Outra coisa é que nos pareceu e nós fizemos referência a isso no discurso do Sr. Primeiro-Ministro, terá ficado fora da orçamentação alguns projectos que já tiveram início este ano, estou a falar de algumas obras públicas. Uma segunda preocupação que eu gostaria de colocar, saber se esses projectos que estavam

inscritos em 2013 e não entraram 2014, não tendo sido ainda concluídos, se encontrarão contemplação nesse OGE de 2014.

O Sr. **Presidente**:— Muito obrigado Sr. Deputado José Viegas pela sua contribuição e algumas observações que foram feitas.

Não sei se Sr. Ministro quer que passemos a palavra a um outro Sr. Deputado ou quer responder pontualmente as questões. Passaria mais a um ou dois Deputados e depois o Sr. Ministro faria a gestão em termos de respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Sr. Ministro, segundo as suas palavras, é que essas alterações não implicam as alteações do tecto orçamental proposto para 2014. Daí, a minha preocupação é saber como conseguiu fazer essas alterações, não implicando as alterações do tecto orçamental proposto.

Onde é que foi buscar esse reforço? De que Ministério foram retirados? E sabermos concretamente dentre várias preocupações que essas alterações nos levantam, eu avanço essa questão para saber realmente onde foram buscar as verbas. Acima de tudo gostaria que me esclarecesse a dotação por dotação alterada. Qual é o objectivo que pretendemos atingir?

Sabemos que segundo o requerimento introduzido para a suspensão do debate orçamental, fazia referência a vários projectos e infelizmente, alguns deles ficaram de fora. Eu gostaria de saber primeiramente, que o Sr. Ministro me dissesse claramente, não alterando o tecto orçamental, como é que vai enquadrar esse reforço de verba que está a fazer a diversos itens orçamental.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Acho que o Governo respondeu as preocupações levantadas no requerimento, sobretudo os projectos que foram sublinhados no referido requerimento.

No entanto, o Primeiro-Ministro havia dito que por lapso, alguns projectos que estavam inscritos no OGE 2013, que não foram executados pela impossibilidade de se mobilizar meios financeiros necessários para a sua implementação, foram retirados no OGE 2014 por lapso.

Eu gostaria de saber se o Governo teve em conta essa preocupação de incluir estes projectos nesta alteração. No entanto, saltou-me a atenção a questão de um troço da estrada que está no OGE de 2013, estou a falar de Margarida Manuel e não vejo cá nesta alteração.

No entanto, vejo também um item que fala da requalificação dos troços da estrada, mas não especifica quais são essas estradas. Não sei está condensado neste item, se for o caso, deixa-me também alguma dúvida porque não se trata de requalificação, mas sim construção.

E como é que fica essa questão da Estrada de Margarida Manuel? Tenho outras preocupações, mas irei levantar depois se for o caso.

O Sr. **Presidente**:— Eu gostaria de passar a palavra a mais um Sr. Deputado antes de encaminhar ao Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Srs. Deputados, antes de mais gostaria de cumprimentar a todos.

Para manifestar a minha satisfação pelo facto de estarmos aqui a fazer um exercício que achamos bastante valiosos. Pois que, nós apresentamos uma série de acções que o Governo deveria implementar, que deveria contribuir para melhoria das condições de vida da população.

Esses projectos que apresentamos, aliás os itens que aí vem, foram devidamente discutidos. Estávamos convencidos de que viria no OGE, demos conta porém, que o OGE não reflecte as ideias que havíamos discutido. Para além de mais, sem que tivesse aparecido no OGE o Sr. Primeiro- Ministro fez alusão a essas mesmas acções, sem que devidamente estivesse enquadrado no OGE.

Face a isto decidimos exigir do Governo que enquadrasse portanto, essas acções devidamente no OGE como manda a lei, para que o Governo não corresse o risco de exercitar o OGE violando a lei que impede a realização da obra fora do OGE.

Daí que, o enquadramento é para evitar que a violação se faça, hoje estamos aqui a exercitar para que o País possa ter um Orçamento, que realmente possa dignificar os esforços que todos nós, quer o partido que suporta o poder, quer na oposição, aliás porque o País é de todos nós, e temos interesse de ver o País a desenvolver.

Como se vê há Deputados de todas os grupos parlamentares aqui, é porque há interesse de todos que as coisas sejam feitas como deve ser para que o povo possa sentir o reflexo de boa governação. Daí que,

embora nem tudo foi enquadrado aqui, ainda espero que alguns dos pontos levantados aí, possa ainda encontrar enquadramento nesse OGE, porque achamos que são prioritárias.

Sabemos que no OGE existem alguns itens que pode ser retirados para poder incluir os projectos que mais interessa ao desenvolvimento do nosso país e que pode aligeirar a penosa situação em que as pessoas se encontram com um elevado número de desemprego. Daí que, quero pedir ao Sr. Ministro que faça o esforço possível necessário para enquadrar tudo quanto consideramos útil para que o povo possa se sentir mais aligeirado.

É tudo quando espero desse exercício e o Sr. Ministro continua a fazer como vem fazendo para dar alguma satisfação a preocupação do povo.

Só para que o Sr. Ministro fique dentro, posso anunciar alguns que não vejo aqui como apoio aos taxistas e não sei se já está enquadrado. Mães carenciadas?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Já estão todos.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Quer dizer, estão enquadrados de uma forma invertida. Invertida porque pode não ser a mesma coisa. Gostaria que estivesse enquadrado de uma forma mais clara que a gente possa controlar a sua execução. Quando está de forma invertida, o dinheiro é fungível não é!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, acho que face a um conjunto de questões que foram apresentadas pelos diversos Srs. Deputados... o Sr. Deputado tem alguma questão?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É apenas para retirar uma parte da minha intervenção. Quer dizer, agora a rever o documento verifiquei que está efectivamente a questão da Estrada de Margarida Manuel, Palha, Cabeça Cal na página 5.

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, pediria ao Sr. Ministro para que de acordo com as questões levantadas pudesse dar as respostas.

O Sr. **Ministro de Plano e Finanças** (Hélio de Almeida): — Gostaria no primeiro lugar responder as questões levantadas pelo Sr. Deputado José Viegas, relativamente a reforço de verbas para aquisição de medicamentos. Permita-me dizer que no exercício económico de 2013, o esforço financeiro que foi feito pelo Governo relativamente a aquisição de medicamentos, não é compatível com as informações que são ventiladas relativamente a falta de medicamentos no nosso centro hospitalar.

Digo isto porque nós temos uma listagem exaustiva devidamente detalhada sobre os medicamentos que foram adquiridos. E muito sinceramente ao nível do Governo a preocupação é muito grande tanto é que algumas acções já estão em carteira para serem implementadas no que se refere a mecanismo de controlo.

Necessariamente estamos a falar de um país onde tudo é prioritário, mas não é fácil conseguir financiamentos, sobretudo contrair empréstimo para adquirir medicamentos. Sobretudo quando estivermos a falar que os medicamentos chegam a hospital sobretudo a fonte perdido, custo zero.

Temos que encontrar um mecanismo para contornar e minimizar este efeito, mas dizer que ao nível do programa de investimento público está salvaguardado essa situação. Existe uma verba significativa para aquisição de medicamentos, mas paralelamente com alguns contactos bilaterais e multilaterais com os nossos parceiros, têm sido desencadeado no sentido de se fazer estagnar essa situação.

Um outro elemento de extrema relevância ainda no que concerne a aquisição de medicamentos tem a ver com o mecanismo de própria aquisição. Não podemos continuar e aliás é insustentável ponto de vista financeiro adquirir medicamentos via aérea. Temos que fazer aquisições via marítima de longo prazo e pelo que todo o apanhado está feito e precisamos de facto implementar, mas houve algum atraso nesse sentido.

Mas é uma preocupação que está na linha de frente também nas preocupações que o Governo tem. Há pouco quando anunciava os projectos, esqueci-me de fazer referência aos projectos que não constavam no orçamento de 2014, mas que constavam no orçamento de 2013 e alguns deles inclusive já em curso.

Sem querer apresentar argumentos que possam justificar esta falha, mas a verdade é que é a parte das lacunas que existem no nosso sector público administrativo que tem a ver com o processo de descentralização, mas esse exercício foi feito de forma minuciosa daí que poderei rapidamente anunciar alguns desses projectos.

Na página n.º 4, temos o projecto 3129 e 5262 Ministério das Obras Públicas. Na página 5, temos 3961, que por lapso aqui também aparece duas vezes que é uma situação que precisamos também já fazer face. Temos 3959 que já fez referência aqui o Sr. Deputado Delfim Neves, temos 3962, 4867, 4870, 4862 ou seja para fazer referência só a alguns exemplos desse projecto.

Para dizer sim, teve-se em conta e o Governo fez esse exercício e passamos em revista uma análise minuciosa comparativa entre o Orçamento Geral de Estado 2013 e o projecto de Orçamento para 2014. Respondendo agora a questão do Sr. Deputado Arlindo Ramos que a não alteração do tecto orçamental inicialmente previsto deve-se a contrapartidas.

Nos encargos gerais de Estado que inicialmente estava previsto na proposta que foram submetidas à Assembleia de 65 mil milhões de dobras nos encargos gerais e nós nesta rubrica retiramos 14 mil milhões de dobras para alojar esses projectos. De igual modo, os remanescentes relativamente ao GAP face a aquele alojamento dos projectos não inicialmente previsto o que se fez foi excluir do projecto actual alguns projectos que teriam mesmo que ser sob pena de necessariamente vermos forçados a aumentar o tecto orçamental.

Permita-me dizer que esse exercício decorre particularmente de dois aspectos. Primeiro, é que precisamos ter em conta as nossas reais capacidades de absorção e as condições associadas aos próprios créditos, aos financiamentos externos que podemos ser beneficiados.

Segundo, há um quadro que é intitulado cenário fiscal de médio prazo em que existe já uma formatação inicial feita com próprio o Fundo Monetário Internacional onde a ideia é que o Orçamento Geral de Estado começa a apresentar sinais claros de uma convergência no sentido descendente.

Com este exercício entendemos ser pertinente começarmos já no exercício económico 2014 levar a cabo, porque quando olharmos na página 19 do projecto, inicialmente remetido à Assembleia temos aqui um exemplo claro de cenário fiscal do quadro orçamental de médio prazo em que existe uma projecção que deve ser feita até 2016.

E nesta projecção importa que efectivamente haja uma redução significativa do nosso défice como percentagem do PIB. Neste momento ele situa-se em torno de 3%, mas a médio prazo teremos que envidar todos os esforços no sentido de assegurar que o défice esteja em torno de 2%.

Com a pressão actual que temos do lado das despesas, em que permita-me dizer cerca de 55% das receitas fiscais são só para pagamento de salários. Com a redução significativa que fazemos nas verbas que são a descrita aos sectores para o normal funcionamento que tem um limite mínimo sobre a qual já não podemos descer importa que de ponto de vista do investimento público da contracção do empréstimos, porque contrair empréstimo agora pressupõe um esforço de tesouraria a médio e longo prazo, daí que é importante fazermos já esta jugada para que se consiga efectivamente cumprir com aquilo que é o acordado com o Fundo Monetário Internacional.

Portanto, é o que se me oferece referir relativamente a justificação para não alteração do tecto orçamental. Dizer também que alguns projectos que podem não estar nesse programa de investimento público de forma explícita, ele está de forma implícita, porque existe algumas situações que teremos algumas dificuldades de justificar perante os nossos parceiros e daí que na dada estrutura de Ministério de Plano e Finanças está previsto uma verba que é apoio a empreendedorismo e uma séries de situações em que de facto será constituído equipas de trabalho para analisar e apoiar o pequeno e médio empresário no sentido de tentarmos materializar algumas acções que possam efectivamente impulsionar a dinâmica actual do próprio sector privado que no entender do Governo, constitui a pedra angular para que efectivamente São Tomé e Príncipe possa encontrar de forma efectiva os caminhos de desenvolvimento.

Creio ter dado respostas as questões que foram aqui colocadas, mas contudo continuo disponível para quaisquer esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Como sabem, é necessário alguma mestria para podermos descortinar um conjunto de questões que estão ali e acho que a sua contribuição tem sido bastante positiva e permite-nos ter elementos informativos que possam clarificar a nós próprios. Posto isto, tenho mais um pedido.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente falou que tem que haver uma mestria e o Sr. Ministro utilizou outros termos, o que quer dizer que nem sempre há a possibilidade de tomarmos conhecimento de certas coisas de uma forma detalhada.

Mas é minha preocupação e estou satisfeito por ter encontrado muitas coisas importantes aqui neste orçamento, mas não consegui encontrar uma coisa. Pode ser que esteja cá de uma forma não directa, como disse o Sr. Ministro, já vem desde o orçamento de 2012, que é a construção do jardim-de-infância da vila de Conde. É só vermos a estatística, a população está a crescer naquela zona e há alguns projectos futuros. Não é por uma questão de populismo, mas sim uma necessidade futura.

Não vi essa questão de uma forma implícita ou explícita como disse o Sr. Ministro, e não sei se me pode ajudar nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, na minha primeira intervenção havia perguntado ao Sr. Ministro onde foi buscar as verbas, disse-me que só nos «encargos gerais do Estado» foi buscar 14 mil

milhões. Mas, daquilo que analisei na anterior proposta apresentada pelo Governo, também o Ministério das Obras Públicas tem uma redução.

Portanto, gostaria de saber do Sr. Ministro o que foi reduzido neste Ministério. O orçamento de investimento proposto para esse Ministério reduziu consideravelmente, por isso gostaria de saber porquê e quais são os itens orçamentais que foram eliminados, ou foram retirados algum valor para servir de contrapartida ao reforço proposto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Menezes para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, antes de mais agradecer o Sr. Ministro pelo esforço que fez e entendemos, depois da sua explanação, que realmente há coisas que não estão espelhadas nesse programa, como o projecto de apoio aos pequenos negócios; o projecto de apoio a microcrédito juvenil, portanto, já fiquei um pouco esclarecido quanto a esta situação.

Tenho uma preocupação: no Ministério da Educação, Cultura e Formação, quando se fala de «aquisição de meios rolantes/transporte escolar», vejo que aparecem em dois momentos. Portanto, gostaria de saber qual é a diferença e porquê que aparecem duas vezes? Aparecem os itens 53.61, «aquisição de meios rolantes/transporte escolar», 3 mil milhões e depois aparece outra vez em baixo «aquisição de transporte escolar», 2 mil milhões.

Para dizer ao Sr. Ministro que é uma preocupação grande da Nação, que os transportes escolares estão todos degradados e essa é a prioridade das prioridades, que o seu Governo deverá ter em conta mais cedo possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Desculpa interromper, mas gostaria de alertar ao Sr. Presidente que estamos aqui para analisar as alterações introduzidas pelo Governo.

Portanto, é preciso ter-se isso em conta, porque não estamos a fazer um exercício na especialidade, estamos sim a analisar as propostas introduzidas, de acordo com a solicitação da própria Assembleia, na alteração de alguns itens orçamentais.

É nessa análise que devemos pautar os nossos trabalhos, porque se não, não vamos sair daqui.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado António queria dizer que parece que já entramos na discussão do orçamento. A contribuição que pedimos aos presentes é precisamente para vermos aquelas alterações e depois teremos a oportunidade de discutirmos o orçamento. É apenas essa questão, porque se não, efectivamente, não sairemos daqui.

Mas, todavia, feita essa observação pelo Sr. Deputado, temos mais dois pedidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvi a pergunta do meu colega Deputado Arlindo Ramos, solicitando ao Sr. Ministro o quê que alterou no Ministério das Obras Públicas, porque houve uma diminuição. Não queria dar resposta a essa questão, mas tentar contribuir.

Por exemplo, tomei conhecimento que a Direcção dos Transportes passou a pertencer ao Ministério da Defesa, logo tudo que vinha lá nas Obras Públicas para essa Direcção passarão para o Ministério da Defesa. Portanto, pode ser um dos factores da redução. São informações que muitas vezes as pessoas não têm em mãos.

Era apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — É uma informação que também não tomei contacto em primeira mão, que a sectores do Ministério de Infra-estruturas que passaram agora para o da Defesa. Mas quando iremos a discussão na profundidade teremos mais informações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos para um esclarecimento.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Sr. Deputado António Ramos, que também é «Ramos» como eu – como disse somos colegas, mas não de idade, somos «Ramos» os dois...

Risos.

... eu estou aqui na qualidade de Deputado, não faço o exercício do Governo, não obstante ser director de qualquer instituição do Estado. É o que estamos aqui a fazer, o Sr. Ministro veio cá para nos brindar com informações sobre as alterações que vai introduzir na proposta alteração; é isso que queremos saber.

Agora, se o senhor tem outras informações, espera a sua vez quando estiver no lugar do Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente da 2.^a Comissão, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Sinceramente não tenho nada a acrescentar acerca das propostas que foram apresentadas.

Na realidade tenho a mesma dúvida que tem o Líder do MLSTP/PSD, quando o requerimento fazia algumas precisões nalgumas questões que vêm diluídas em parte de alguns projectos. Mas, pronto, essa é uma questão talvez de interpretação e pode ser que podemos chegar lá, tanto é que sei que grande parte desses projectos estão todos afectos ao fundo de origem angolano.

Portanto, queria saber, se é que o dito empréstimo com Angola já está consumado, ou continua a ser uma previsão, como é o orçamento, pode ser que estejamos a trabalhar sempre na parte de previsões. Fazendo uma comparação entre o orçamento de 2014, com o orçamento de 2013, também vejo muitas acções de 2013. Inclusive falou-se da Estrada Ilhéu/Desejada, já estava em 2013 com um fundo vindo da Nigéria e agora vem com o de Angola. Portanto, essa é a grande dificuldade que tenho ao analisar esse orçamento, tendo em conta que também o orçamento continua a ser provisional.

Uma outra questão dirigida a Assembleia, creio que também estamos a fazer alguns expedientes que acho que não é bom, tendo em conta que essa reunião em nenhuma parte está regimentada. Gostaria de ter aqui presente também outros elementos de outras comissões, tendo em conta que, segundo o requerimento introduzido, falava-se da aquisição de viaturas e transportes públicos e colectivos, que fazem parte da 4.^a Comissão e também a 3.^a Comissão, a questão dos medicamentos. Portanto, gostaria que essa reunião fosse mais ampla, se bem que é uma inovação e pode ser que seja boa daqui para o futuro.

Para mim, não vou na mesma esteira, dizendo que foi um bom exercício. Pelo contrário, considero esse exercício mau, tendo em conta que se fosse para essas alterações poderíamos termos feito na sede da especialidade e não haveria a necessidade de suspender a discussão do orçamento na generalidade. Poderia ser aprovação na generalidade e depois na especialidade faríamos esses acertos, tendo em conta que é do conhecimento público que o tecto orçamental nada iria alterar.

Mas contudo cada um responde por sua conta própria.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado Idalécio, Presidente da 1.^a Comissão. Acho que há um conjunto de observações que já foram feitas, passarei a palavra ao Sr. Deputado Jorge Amado e depois ao Sr. Ministro para responder as questões colocadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (M LSTP/PSD): — Sr. Presidente, é para reagir um pouco a quente a questão levantada pelo Sr. Deputado Idalécio, que não deixa de ter alguma razão, mas cada um de nós tem as nossas razões.

Estamos a falar das propostas que apresentamos ao Governo antecipadamente e que discutimos com ele, que deveria aparecer no orçamento e que não apareceu. Portanto, não estamos a falar da alteração dos pontos na especialidade ou coisa do género, estamos a falar daquelas acções que acordamos com o Governo meses atrás e que não vimos espelhadas no OGE. Queríamos que isso estivesse espelhado no OGE.

Portanto, não havia o momento mais ideal de podermos exigir que isso estivesse espelhado, se não fosse antes da discussão na especialidade, porque nesta discussão sabemos que vai haver mais algumas mexidas por parte daquilo que o ADI achar necessário que se faça. O Governo deve estar aberto a todas as sugestões na especialidade que venha da parte do ADI para poder fazer qualquer mexida.

O orçamento é para servir a nós todos. Mas há algumas questões de princípio que discutimos previamente e que deveriam estar espelhadas no orçamento.

É essa a razão. Não é para criticar a sua intervenção, mas para clarificar.

O Sr. **Presidente**: — Posto isso, quero alertar mais uma vez aos Srs. Deputados que teremos a ocasião de discutir em sede própria, como outros Srs. Deputados já alertaram.

Portanto, de acordo com algumas questões levantadas pelos Srs. Deputados, vou passar a palavra ao Sr. Ministro para que faça a síntese de acordo às solicitações de cada um.

Faça o favor Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Agradeço-lhe, Sr. Presidente, por me conceder a palavra. De facto, a construção do Jardim de Infância da Vila do Conde, porque também dá conta que não faz parte do orçamento, mas tomei boa nota para que em sede de especialidade vermos a possibilidade de encontrarmos — porque existem, de facto, muitas preocupações relativamente a essa matéria, mas que na prática, temos tido alguma dificuldade de materialização. Mas é uma questão que tomei boa nota.

Relativamente às questões sobre os projectos excluídos do Ministério das Obras Públicas, conheceu uma evolução. Gostaria de referir-me a alguns exemplos de projectos que foram excluídos. Temos o plano de cabotagem de São Tomé e Príncipe. Foi excluído do projecto de orçamento de 2014, porque existe aqui um projecto para aquisição de um navio que possa fazer operações de cabotagem, portanto, há um termo técnico, que agora não me ocorre, que entendemos implementar os dois projectos em simultâneo.

Não seria razoável, face às prioridades que foram aqui, algumas delas elencadas pela própria Assembleia e também outras que serão ainda levantadas no quadro da discussão na especialidade. Estamos a falar de 30 mil milhões de dobras e do sistema de gestão à distância das centrais de redes, 10 mil milhões, melhor, passo a dizer os números dos projectos, na página 5: 53.35, 53.37, 53.38, 53.39 e 53.44.

Há um projecto, que está na página 4, que é a substituição de linha aérea de 30 kwatt, porque entendemos que é um projecto que uma vez implementado, vai dar resposta a muitas situações. Portanto, este é o exercício, existem pequenas coisas, mas que poderemos, com a permissão da 1.ª e 2.ª Comissão Especializada, poderemos entrar em detalhes mais específicos e remeter para efeitos de melhor acompanhamento.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, hoje é apenas para auscultarmos o Sr. Ministro sobre um conjunto de questões que tínhamos introduzido e que depois nós teremos a ocasião de analisar em sessão plenária. Posto isto, eu gostaria de perguntar aos Srs. Deputados se têm mais alguma questão, porque quero dar por finda a nossa reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Bem, Sr. Ministro das Finanças, entendi a preocupação do Governo em poder satisfazer as exigências postas através do requerimento introduzido para suspensão da discussão do OGE, mas há uma questão que eu chamo a atenção. Os sacrifícios devem ser repartido para todas as instituições. E no requerimento fazia referência a projectos concretos e segundo os requerentes diziam que eram projectos que visavam a melhoria das condições de vida das populações. Mas na proposta de alteração, eu vou dizer o que me vem na alma, porque acho que a justiça deve ser igual para todos e que os sacrifícios devem ser também iguais para toda a gente.

Vejo que o orçamento da Assembleia ganha um aumento. Gostaria de saber porquê, se nos itens apresentados no requerimento não fazia referência a projectos nenhuns da Assembleia Nacional. E como é que me vêm com um aumento de 5 mil milhões de dobras para o orçamento de investimento da Assembleia? Porquê e para quê?

Os sacrifícios devem ser iguais para todos. Nós não podemos estar a fazer alterações para agradar a gregos e a troianos ao mesmo tempo.

O Sr. Presidente: — Por sorte aqui estão os Srs. Deputados e não algum grupo étnico grego ou troiano, não é?

Riso do Sr. Presidente.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — É uma expressão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra Deputado Delfim Neves para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, é apenas uma precisão. Nós não podemos estar numa reunião em que uns entendem ser legal e outros entendem ser ilegal.

A inovação é boa, mas este encontro que estamos a realizar aqui hoje não tem nada de inovação e seria muito bom que estivessem cá mais comissões. Dizer que este encontro não tem enquadramento regimental, não sei se entendi bem, se for o caso, acho que sim, tem enquadramento regimental no artigo 124.º do Regimento.

Quanto ao que estamos aqui a discutir, é preciso entendermos o que é o trabalho na especialidade e o tipo de trabalho que estamos a fazer. Este trabalho se fosse feito na sede da Comissão na discussão na especialidade, nós teríamos muitas dificuldades, porque não são poucos projectos e são somas avultadas, teríamos que, talvez, suprimir alguns projectos que poderiam ser prioridade do Governo para a inclusão destes.

Por isso, em boa hora o requerimento foi introduzido e o trabalho que estamos a fazer aqui é importante, não esgota a sua discussão na especialidade, mas naturalmente que o trabalho foi encomendado e acho que em, boa hora o Governo teve a oportunidade de introduzir esses projectos que foram aqui anunciados pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Porque nós queríamos fazer um trabalho com a colaboração estreita do Governo, não impor ao Governo os projectos que foram aqui anunciados com a retirada dos outros, introduziu-se o requerimento independentemente da interpretação que cada um quiser fazer do requerimento e das ilações que alguns tiraram sobre esse expediente.

O Sr. Presidente: — Posto isso, eu vou passar a palavra ao Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Vou responder às questões relativamente à alteração do valor adstrito à Assembleia Nacional. A Assembleia Nacional discutiu o seu orçamento no passado dia 9 do corrente mês, na qual a deliberação que saiu da Assembleia sobre o seu orçamento fazia referência a alguns projectos.

No exercício corrente, a Assembleia Nacional conseguiu um donativo do Timor-Leste para projectos específicos e que de facto era preciso alojar-se isso, houve essa preocupação, e já que o Governo estava a proceder a essa alteração, apropriou-se desse orçamento que foi aprovado pela Assembleia e incluiu no projecto para dar corpo legal às acções.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de agradecer a presença de todos e também congratular-me com o nível de intervenções que houve aqui nesta reunião, isto é prova da maturidade dos Srs. Deputados e também pela pontualidade que se registou hoje, com excepção de alguns casos.

Espero que nas próximas sessões possamos debelar e gostaria de manifestar os meus agradecimentos, em nome do colectivo, à Sua Excelência o Sr. Ministro do Plano e Finanças, e dizer que da parte da deputação pode contar com toda a nossa colaboração para tudo que for necessário e agradecer-lhe também pelo conjunto de informações e pelo esforço que foi feito em resposta às nossas solicitações.

Posto isso, agradeço mais uma vez a presença de todos aqui presentes e aproveito para desejar-lhes uma belíssima quarta-feira e continuação de bom dia.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 40 minutos.